

**Conhecimentos ancestrais sobre plantas e o protagonismo de mulheres
quilombolas na Amazônia brasileira**

**Ancestral knowledge of plants and the leading role of Quilombola women in the
Brazilian Amazon**

Denise Machado Cardoso

Universidade Federal do Pará-UFPa

Belém-Brasil

Silviane Couto de Carvalho

Universidade Federal do Pará-UFPa

Abaetetuba-Brasil

Anderson do Rosario Borralho

Universidade Federal do Pará-UFPa

Acará-Brasil

José Luis Souza de Souza

Universidade Federal do Pará-UFPa

Salvaterra-Brasil

Resumo

As comunidades quilombolas possuem conhecimentos ancestrais que envolvem práticas relacionadas às plantas em suas diversas formas de classificação. No presente artigo, objetivamos apresentar o estudo comparativo sobre o protagonismo de mulheres nas atividades agroextrativistas de comunidades quilombolas do Estado do Pará. As experiências etnográficas, possibilitaram evidenciarmos que os usos de plantas são múltiplos e estão entrelaçados com práticas identitárias, relações sociais de gênero, além da defesa de seus territórios.

Palavras-chave: Mulheres quilombolas; plantas; ancestralidade; territórios.

Abstract

Quilombola communities hold ancestral knowledge encompassing practices related to plants in their diverse forms of classification. This article presents a comparative study on the central role of women in agro-extractive activities within Quilombola communities in the State of Pará, Brazil. Ethnographic experiences revealed that the uses of plants are multiple and are intertwined with identity practices, social gender relations, and the defense of their territories.

Keywords: Quilombola women, plants, ancestry, territories.

Introdução

Este artigo é resultante do conjunto de estudos sobre as relações que as mulheres de comunidades rurais quilombolas do estado do Pará estabelecem com as plantas por elas cultivadas e/ou aquelas obtidas com atividades agro-extrativistas. A partir da perspectiva sócio-antropológica, buscamos observar as práticas, conhecimentos e cosmovisões advindas historicamente do manejo e cultivo de uma diversidade de espécies de plantas em territórios quilombolas. Dentre as principais atividades dessas mulheres, destacam-se o cultivo e manejo de ervas medicinais (raízes, folhas e cascas de árvores), a produção de farinha de mandioca, a coleta de frutos, além do cultivo de hortaliças e de verduras.

Com o objetivo de realizar um estudo comparativo a partir das práticas ancestrais relacionadas aos usos de plantas em comunidades quilombolas do estado do Pará, realizou-se a pesquisa etnográfica em diferentes regiões paraenses, localizadas em áreas rurais do arquipélago do Marajó, região do Baixo Tocantins e na região do rio Acará. As pesquisas nesses territórios foram resultantes da inserção da equipe durante a elaboração de suas dissertações de mestrado e em outras experiências etnográficas em territórios quilombolas.

Para além dos aspectos estritamente terapêuticos das plantas, buscamos ampliar as várias formas de usos e conhecimentos que as comunidades apresentam, vinculando-as às suas cosmologias, à ancestralidade trazida nas práticas que envolvem a saúde física, ambiental e coletiva. Desse modo, intencionamos investigar a relevância que se refere ao Bem viver, tal como indicado por Alberto Acosta (2016), pois o trato das questões ora apresentadas, envolve a defesa de corpos e territórios em lógica para além daquela apresentada pelos modelos de desenvolvimento capitalista.

Objetivamos, também, contribuir na conservação de conhecimentos ancestrais que são atualizados na memória destas mulheres e, para tanto, propomos o diálogo entre tais conhecimentos com aqueles ditos científicos. Saberes e conhecimentos que são relevantes sob o ponto de vista da defesa de seus territórios, das suas identidades, da conservação da sociobiodiversidade como um todo. Portanto, são relevantes estes conhecimentos tanto para as próximas gerações das comunidades quilombolas quanto às diversas sociedades humanas.

As pesquisas científicas e as nossas diferentes vivências nos territórios quilombolas evidenciam a relevância das mulheres nas diferentes atividades produtivas e

naquelas ligadas ao protagonismo político feminino em diversas áreas de atuação. Mas, de que maneira atuam as mulheres nestas comunidades no que se refere aos usos das plantas? De um modo geral, como estas mulheres se fazem presentes nos mais diversos ambientes, tais como: as escolas, nas associações e em diferentes espaços religiosos (igrejas evangélicas, igrejas católicas e no Terreiros de religiões de matrizes africanas). Nesses espaços elas protagonizam com seus saberes e conhecimentos ancestrais na área da saúde, atuando no posto de saúde e nos quintais de suas residências. Além disso, é notório o reconhecimento de que estas mulheres trabalham nos roçados de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), açaí (*Euterpe oleracea Mart*) e de outras espécies. Diante disso, buscamos apresentar as maneiras como ocorre a inserção de mulheres quilombolas em diferentes frentes de ação, notadamente o que se refere aos usos das plantas a partir de práticas ancestrais.

O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio de pesquisa qualitativa em conjunto com as comunidades envolvidas neste estudo. Primeiramente, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre os territórios, com o objetivo de identificar as narrativas já produzidas sobre eles, incluindo relatos acerca da manutenção e permanência dos quilombolas e suas ancestralidades. Essas narrativas, além de registros de trabalhos concluídos, são ferramentas que auxiliam as comunidades em seus processos de estudo e enfrentamento das problemáticas que vivenciam. Foram realizadas leituras de obras que versam sobre as questões teóricas sobre comunidades quilombolas, conhecimentos ancestrais sobre plantas, territórios e relações sociais de gênero e trabalho, em especial aquele realizado no meio rural.

Como procedimento de campo, foi realizada a pesquisa etnográfica, buscando-se a experiência a partir da interlocução com pessoas moradoras das comunidades e que utilizam os recursos ancestrais existentes nos territórios. A vivência etnográfica, possibilitou identificar as áreas onde se encontram as plantas ancestrais e compreender como o processo de identificação de plantas com valor terapêutico, culinário, protetivo, ornamental e de outros usos. Nesse contexto, foram utilizadas as entrevistas e rodas de conversa, observação direta, observação participante.

O que se segue são as discussões conceituais que subsidiam as seções que tratam dos resultados da pesquisa de campo, nas quais foram desenvolvidas as conversas sobre território, plantas e seus usos, trabalho e ancestralidade. Incluem-se, ainda, o debate sobre a participação das mulheres na produção rural agro-extrativista em território quilombola.

E finalizamos o artigo com as discussões acerca das experiências marcadas pela identidade quilombola de nossa equipe de estudo.

Comunidades quilombolas da Amazônia brasileira e seus conhecimentos ancestrais

Segundo Alfredo Wagner de Almeida (2011), quilombo é um conceito que passou por diversas definições que foram construídas socialmente a partir de cada contexto histórico. Abdias do Nascimento (1980) elabora juntamente com a perspectiva de Beatriz Nascimento (1982), o Quilombismo, um conceito de análise e método, pois, envolve o processo histórico e sociopolítico da população afro-brasileira.

O termo “comunidades” se reveste de uma conotação política, inspirada não apenas em ações partidárias e de entidades confessionais que se referem à noção de “base”. No sentido aqui enfatizado, as comunidades refletem uma dinâmica de mobilização, aproximando-se da categoria “povos” (ALMEIDA, 2008, p. 27).

De acordo com Monteles e Pinheiro (2007), as comunidades quilombolas, em função da forte influência do meio natural, apresentam modos de vida e cultura diferenciados. Seus hábitos estão diretamente relacionados aos ciclos naturais, e a forma como aprendem a realidade e a natureza se baseia não só em experiências e racionalidades, mas também em valores, símbolos, crenças e mitos. O uso de plantas medicinais é recorrente nesses grupos em todo o Brasil (Massarotto, 2009; Monteles; Pinheiro, 2007; Oliveira, 2011; Oliveira, 2009; Pereira, 2007; Sales; Albuquerque; Cavalcanti, 2009). Cosmologias de populações partícipes e inseridas nesse meio ambiente diverso, em uma relação de simbiose durante gerações. Segundo Castro (2000, p.169) essas populações “[...] Esquadrinham ainda referências fundadas em suas experiências coletivas sobre o tempo de vida das espécies, suas formas e funções, bem como os usos que delas fazem os humanos”.

No período em que ainda era vigente a escravidão, e mesmo após a abolição, não houve políticas públicas direcionadas a este público da sociedade, o qual foram “esquecidos” pelo Estado brasileiro, que os deixou sem um mínimo de amparo social e econômico. A luta e conquista da abolição da escravidão não impediram que essa situação fosse agravada, pois as políticas públicas de incentivo para imigrantes europeus italianos, norte americanos, portugueses, políticas de branqueamento social e econômico, como a Lei de terras (Brasil, 1850) e outros investimentos aos colonos europeus, sedimentaram e configurar-se em diferentes tipos de colonialidades por meio do racismo estrutural que se desenvolveu no Brasil.

Excetuando os índios, o africano escravizado foi o primeiro e único trabalhador, durante três séculos e meio, a erguer as estruturas deste país chamado Brasil. [...] O negro está longe de ser um arrivista ou um corpo estranho: ele é o próprio corpo e alma deste país. Mas a despeito dessa realidade histórica inegável e incontraditável, os africanos e seus descendentes nunca foram e não são tratados como iguais pelos segmentos minoritários brancos que completam o quadro demográfico nacional. Estes têm mantido a exclusividade do poder, do bem-estar e da renda nacional. É escandaloso notar que porções significativas da população brasileira de origem europeia começaram a chegar no Brasil nos fins do século passado como imigrantes pobres e necessitados. Imediatamente passaram a desfrutar de privilégios que a sociedade convencional do País, essencialmente racista, lhes concedeu como parceiros de raça e de supremacismo eurocentrista. Tais imigrantes não demonstraram nem escrúpulos e nem dificuldades em assumir os preconceitos raciais contra o negro africano, vigentes aqui e na Europa, se beneficiando deles e preenchendo as vagas no mercado de trabalho que se negava aos ex-escravos e seus descendentes. Estes foram literalmente expulsos do sistema de trabalho e produção à medida que se aproximava a data abolicionista de 13 de maio de 1888. (Nascimento, 1980, p. 253).

Já no século XX, a partir da década de 1960, ocorreu na Amazônia o avanço de projetos “desenvolvimentistas” com grandes empreendimentos. No estado do Pará houve, por exemplo, a construção da rodovia Belém-Brasília, exploração de ouro, seringueiras, extração de minério de ferro (Carajás), construção de hidrelétrica, entre outros. Na região do Baixo Tocantins no Pará, como exemplo temos a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a formação e instauração do complexo industrial e portuário da empresa Albrás/Alunorte, em Barcarena e etc. O modelo da monocultura utilizado por empresas que se instalaram na região do rio Itacuruçá, região de Acará e em Salvaterra, causando severos impactos a partir, respectivamente, a dendêicultura (Carvalho, 2025) e a rizicultura (Souza, 2024). Essas empresas instalaram-se próximo aos territórios de diversas comunidades tradicionais e trazem como consequências uma série de problemas socioambientais, entre eles se destacam os conflitos territoriais; os problemas de saúde devido à exposição da população aos produtos químicos, despejo de resíduos e contaminação no solo e nos rios, que leva ao extermínio de animais além da mudança nos cursos de rios; deslocamentos forçados das pessoas para outros locais devido a construção destes projetos.

As diferenças de cosmovisões entre povos tradicionais e perspectivas “desenvolvimentistas” capitalistas vem desde o período colonial. Contudo, é nesse contexto do século XX, na qual os grandes projetos se intensificam na região amazônica, que se evidenciam as diferentes maneiras de lidar com o território e com os diversos conhecimentos. A lógica hegemônica do capitalismo busca a apropriação dos chamados recursos naturais, subalternizar a natureza, explorar a fauna e flora, subjugar os

conhecimentos das populações tradicionais³³ e dos povos originários, deixando como consequências desastres ambientais e conflitos socioterritoriais através da espoliação e expropriação dos territórios dessas populações até os dias atuais.

Por outro lado, as populações rurais e tradicionais quilombolas desenvolveram saberes a partir de um conhecimento prático na relação ser humanos e não humanos (plantas-animais-seres), aprendizados passados de geração a geração e que em algumas comunidades ainda se mantém esses conhecimentos ancestrais atualizados em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, fortalece-se uma cultura e saberes de resistência que têm múltiplas formas de trabalho e uso de recursos naturais. Além disso, parte do que é produzido abastece o comércio circunvizinho e local. As comunidades quilombolas são, portanto, autônomas em que as decisões são feitas em coletividade com todos os moradores, fruto das organizações históricas validadas pelo grupo, além da vinculação destas com o seu território. Mas, tais práticas e conhecimentos estão em constante risco devido às pressões externas sobre seus territórios e modos de vida.

Com os saberes dos povos africanos e afro-brasileiros existiram, e ainda existem, diferentes tipos de atividades econômicas, sociais, religiosas, medicina popular entre outras. E que, via de regra, estas atividades mantém-se através do contato direto com a natureza, recursos naturais de onde retiram sua alimentação, produtos para construção, fabricação de remédios, móveis, e também a vinculação com os seres que ali vivem como animais e seres sobrenaturais que protegem a natureza, além de outras vivências e experiências que podem variar de acordo com o modo de vida em cada comunidade a depender de características sociais, geográficas, culturais, econômicas, organizacionais, religiosas e outras.

Evidencia-se nas comunidades e populações tradicionais que, embora tenha ocorrido a queda do sistema colonial, as colonialidades permanecem nas estruturas sociais e institucionais dos países antes colonizados (Quijano, 2005). As transformações ocorridas ao longo do tempo ainda não foram suficientes para superar as desigualdades inerentes ao sistema capitalista e, de certa forma, intensificaram as colonialidades nos últimos anos. A partir de uma conjuntura global com a ascensão da direita e extrema direita ao poder, tem-se o fortalecimento dos movimentos sociais em diferentes espaços

³³ Para mais detalhes acerca da definição de Populações Tradicionais, vide Decreto n.6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

como forma de resistência e enfrentamento às ameaças de conhecimentos e práticas ancestrais.

O cenário atual, no qual se observa o aumento dos desequilíbrios ambientais em consequência da intensificação e avanço do desmatamento, de queimadas e de garimpos ilegais no Brasil, nas mudanças climáticas e no aumento do número de pessoas refugiadas climáticas; reitera a relevância das comunidades tradicionais na conservação ambiental, dentre elas, destacam-se as populações quilombolas e povos originários.

Mulheres e plantas

As mulheres se fazem notar nas mais diversas ocupações e espaços sociais, caracterizando-se, portanto, pelo cuidado expresso através de cosmovisão que tem no âmbito do ensino, da arte e cultura, da saúde e produção com perspectiva de conservação socioambiental. Embora sejam muitas vezes invisibilizadas e silenciadas, as mulheres têm grande contribuição em diversas sociedades e em diferentes contextos.

Ao que se refere às realidades das comunidades quilombolas, elas desenvolveram habilidades e conhecimentos que foram fundamentais para a vida comunitária. Os cuidados com a educação, plantas, remédios e práticas de cura se relacionam com temas socioantropológicos diversos como gênero, quilombo, memórias, crenças, cura, território, animais, plantas, espaços e saberes que foram repassados de mãe para filhas até os dias atuais, e na vida comunitária refletindo no modo de viver e conviver com diferentes seres.

Os saberes das populações tradicionais, como nos mostra Edna Castro (2000), apresentam um grande arcabouço de conhecimentos de alta complexidade adquiridos e adaptados a um meio ambiente ecológico no contato direto da relação humano e não humano.

[...] Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo [...] (Castro, 2000, p. 169).

Dessa forma, os conhecimentos presentes no cotidiano de comunidades tradicionais, aqui abordados mais especificamente quilombolas, mostram a complexidade de saberes sobre animais, agrofloresta, solo, rios, várzeas, igarapés, coivara, fabricação de casas, canoas e barcos, olarias, plantas e remédios caseiros.

O cultivo de plantas, raízes, cascas, ervas e óleos têm sido muito frequentes em comunidades tradicionais indígenas, populações rurais, povos de terreiros, quilombolas e ribeirinhos através de gerações, por meio da oralidade e vivências cotidianas nos territórios. Conhecimentos transmitidos, majoritariamente por mulheres mais velhas, por meio de parentes, seja avós, mães e/ou tias, ou até mesmo por pessoas próximas como vizinhas e amigas nas comunidades como apontam pesquisas de Sueli Silva (2019), Ana Célia Guedes (2018), Lanna Beatriz Peixoto (2020) entre outros autores e autoras.

As plantas medicinais e aquelas com usos ancestrais com diferentes objetivos são parte integrante da vida das pessoas de diversas tradições. Esse conceito está ligado à forma como as pessoas veem e falam sobre essas plantas, que estão intrinsecamente ligadas aos territórios e à existência dos povos tradicionais. As práticas de cura com plantas, além de serem ancestrais, são parte das estratégias de resistência em defesa dos territórios quilombolas.

A utilização de espécies vegetais no tratamento de enfermidades é um dos costumes mais antigos da civilização humana. Como afirmam Ribeiro e Ponte (2020):

Ao invés de proporcionar o desaparecimento e o total apagamento destes saberes, vistos como “atrasados” e “supersticiosos”, a presença do discurso da biomedicina nas aldeias engendrou a necessidade e a importância de se dinamizar os saberes terapêuticos, revitalizando um conhecimento ancestral sobre saúde e doença, que mesmo silenciado ao longo do tempo ainda se mantinha vivo e pulsante na memória e práticas subterrâneas dos velhos (Ribeiro; Ponte, 2020, p. 38).

Os estudos indicam que os usos de plantas para fins medicinais não são uma mera alternativa à chamada medicina oficial, e nem são práticas de pessoas ignorantes. Trata-se de uma prática trazida por conhecimentos ancestrais e que está presente como uma das principais marcas de identidade quilombola.

A Pesquisa de campo – Experiência etnográfica de quilombolas em seus territórios

As experiências etnográficas do presente estudo foram realizadas na comunidade de Igarapé São João do Médio Itacuruçá, em Abaetetuba; a comunidade de Deus Ajude, em Salvaterra; e a comunidade Monte Alegre, na região do Acará. Estas comunidades são caracterizadas pelas vivências ribeirinhas devido às suas relações, respectivamente, com os rios do arquipélago do Marajó, rio Itacuruçá e rio Siricari.

Nosso foco de estudo partiu do interesse em investigar os conhecimentos ancestrais de mulheres quilombolas acerca de plantas. A motivação para realizar a pesquisa está relacionada ao fato da equipe ser composta por pessoas vinculadas às

próprias comunidades envolvidas neste estudo, a partir de suas práticas profissionais como docentes, psicóloga e publicitário. Ressalta-se que a investigação ocorreu no contexto do mestrado em Sociologia e Antropologia (UFPA), no período de 2020 a 2024. Assim, utilizamos a observação participante, a etnobiografia (Gonçalves, 2012) e a escrevivência (Evaristo, 2020), com vistas a captar a experiência vivida pelas pessoas interlocutoras desta pesquisa. Ao percebermos que um dos temas em comum era o conhecimento ancestral envolvendo o uso de plantas, juntamente com o protagonismo das mulheres, intensificamos a elaboração deste trabalho.

Abaixo listamos algumas plantas indicações para qual doença combate.

Nome	Indicação
Água de coco	Desinteria, vômitos e hidratação do corpo
Algodão	Gripe, para tirar catarro, para asma
Alho	Baixar pressão, desinflamatório, espantar mal olhado
Amora	Combate o nervosismo, a ansiedade e tem propriedades calmantes
Andiroba	Afumeração, dor no corpo, baque, cicatrização
Arruda	Calmante e espantar mal olhado
Babosa	Infecção. Hidratação de cabelo, rosto e corpo e limpeza da pele
Boldo	Desintoxicação do fígado, estômago, vômitos, tira a dor, febre, dor de cabeça, desinflamatório
Cabacinha	Desinflamar o baque, cicatrizar, só para afumentar porque é muito forte
Canela	Tira a friagem do corpo, regula a pressão, indicado para quem tem pressão muito baixa.
Capim-Marinho ou Capim-Santo	Calmante, regula a pressão, desinflamatório e cólica.
Cebola	Anti-inflamatório, antioxidantes
Coramina	Coração
Erva Cidreira	Calmante, regula a pressão
Espinafre	Fraqueza - Memória
Espinheira Santa	Dor no fígado, estômago, desintoxicação do fígado
Gengibre	Dor de garganta, dor no corpo, tira a friagem do corpo, desinflamatório. Xaropada ou garrafada (limão, alho, gengibre e mel)
Goiabeira	Diarreia, diabetes, espantar mal olhado

Hortelã	Dores, gripe, desinflamatório, cicatrização, calmante. Diabetes, colesterol e gordura do fígado
Jatobá	Memória e desinflamatório, aumenta a imunidade
Laranjeira	gripe e resfriado, para coração, calmante
Limão	Gripe, fortalece a memória e ossos, combate resfriados, aumenta a imunidade
Mastruz	Catarro no peito, fortalecer o peito, pulmão
Pepino e Pepino do Mato	Diabetes
Pirarucu	Garganta, soltar catarro, dor no peito.
Unha de gato	Desinflamatório
Verônica	Desinflamatório, cicatrizante, bom para combater anemia, desinfecção genital.

Cuidados de como cultivá-las e modo de utilização. E para além disso, a questão voltada para o “ser quilombola” pela ligação com esses conhecimentos aprendidos em comunidade ao longo de gerações.

Nota-se que há uma intrínseca relação entre os conhecimentos que envolvem as plantas e a identidade quilombola. Certamente, isso se deve aos usos trazidos por práticas ancestrais relacionadas aos quintais agroflorestais.

Em outro relato sobre os usos de conhecimentos sobre plantas, assim foi apresentado um caso de cuidado com a saúde diante de uma enfermidade:

Minha mãe quando soube logo foi me dando chás para desintoxicar o corpo, ervas que ela cultiva no quintal, e através dela e dos cuidados das mulheres percebi a quantidade de plantas medicinais existentes. Foi nesse período também que passei a compreender a importância de alimentos sem uso de agrotóxicos e naturais para uma vida em equilíbrio com um ciclo de benefícios consigo mesmo e com a natureza ao redor.

Já em Salvaterra, na comunidade Deus Ajude, Sueyla Bezerra (2020) já evidenciava que o uso de espécies medicinais, além de enriquecer a agrobiodiversidade de plantas, perpetua o conhecimento tradicional entre as gerações do quilombo. Essa afirmativa é evidenciada pela fala de Suzana (uma moradora desta comunidade marajoara), ao ponderar que:

Antigamente, a gente não se dava com remédios; era difícil remédio de farmácia para cá; meu pai usava muita planta para fazer remédio e foi com ele que aprendi a usar plantas (Bezerra, 2020, p. 73).

No Médio Itacuruçá (em Abaetetuba), as mulheres mais velhas foram e ainda são as principais responsáveis pelos saberes das plantas e remédios caseiros, cuidados em saúde, pois ao longo de suas vidas foram parteiras e puxadeiras³⁴. Ao longo dos anos e devido ao avanço da idade há uma crescente redução do número de mulheres mais velhas nas comunidades de Itacuruçá.

O trabalho das mulheres na roça

A gente trabalha na roça, mas quando chega na hora de tirar uma feira para nós, o marido não quer aceitar, dizendo que a roça é para comprar o mantimento da família [...]. A gente planta e capina, mas na hora de tirar é uma enrolação.

Essa afirmação surgiu em diálogo com uma senhora da região do Acará, quando tratamos sobre o tema trabalho, ponderou que além dela há outras mulheres que pensam da mesma forma sobre o trabalho na roça com os maridos. Esse diálogo me remeteu à questão posta por Tedeschi (2013) sobre o trabalho das mulheres ser considerado menos importante do que aquele desenvolvido por homens e pela construção dos chamados papéis de gênero. O autor afirma:

Além disso, a mulher não era valorizada pela força física e nem pela saúde em relação a várias atividades produtivas na lavoura, na qual ela “ajudava” o homem diariamente, passando quase o mesmo tempo que ele no trabalho da roça. Por outro lado, como esposas e mães, as mulheres eram “guardiãs” do sistema de conduta, sendo responsáveis pela criação dos filhos como bons agricultores e como adultos sociáveis no seu grupo. A formação das meninas e dos meninos era diferenciada em vista das diferenças consideradas naturais e biológicas no imaginário rural. Nas meninas os valores estimulados eram a obediência, a passividade, o cuidado com os outros, a “pureza”, valores que a Igreja Católica determinou na História como ideal feminino a ser seguido, subordinando a mulher ao homem (Tedeschi, 2004, p.48).

³⁴ Atividades tradicionais femininas, as parteiras e puxadeiras auxiliam as parturientes antes do parto seja fazendo massagem, “encaixando” a criança que ainda não está na posição nos últimos meses de gestação; durante o trabalho de parto e pós-parto auxiliando a parturiente e a criança sobre os primeiros cuidados, alimentação, limpeza etc. E quando havia algum machucado ou torção de músculos, rasgadura elas eram procuradas.

Um dos nossos interlocutores apresentou-nos o seguinte relato a respeito da participação das mulheres na roça:

Lembro-me da minha mãe, uma mulher trabalhadora da agricultura desde a juventude. Na época, notei que ela nunca tirava mandioca para vender da roça que ela mesma cuidava; ela plantava e capinava, do amanhecer ao anoitecer. O que ela sempre vendia eram outros produtos da roça, como batata-doce, inhame, cará e outras raízes que não eram produzidas da mesma forma e nem tinham o mesmo valor comercial que a mandioca.

Assim como afirmado por Picanço (2018) sobre a importância da mandioca para potencializar a colonização do Brasil, essa raiz agradou o paladar dos colonizadores e foi usada na alimentação dos menos afortunados da época, substituindo o trigo. Além disso, a mandioca também foi utilizada para alimentar os negros africanos escravizados, uma vez que era abundante na região e produzia um alimento saboroso.

Dessa forma, é importante destacar a relevância das mulheres na constituição das plantações de mandioca nas comunidades quilombolas da região amazônica. Como mencionado anteriormente, elas desempenham um papel fundamental como propulsoras e cuidadoras da lavoura tradicional. De acordo com Anderson Borralho (2024), o exercício das atividades de cuidado e cultivo da roça foi, e ainda é, uma responsabilidade frequentemente delegada às mulheres e suas filhas. Enquanto a parte masculina da família geralmente se dedica à produção de carvão, à colheita de açaí e a outras atividades, as mulheres sempre ficam encarregadas do cuidado da roça.

Do cotidiano relatado, as mulheres, especialmente as casadas com responsabilidades familiares, têm maiores dificuldades de participar devido ao peso da sua rotina de trabalho doméstico e extradoméstico, que se acentua na casa/roça onde se faz patente a dupla jornada de trabalho. Além do mais, na percepção das agricultoras, fica claro que a participação feminina é limitada pelos papéis de gênero, identificados nos depoimentos (Tedeschi, 2007, p. 163-164).

É notável que, enquanto cuidam da plantação de mandioca, especificamente na atividade de “capinar”, essas mulheres não obtêm uma renda que lhes garanta recursos financeiros. A colheita da roça demora cerca de um ano até que a mandioca esteja madura e pronta para ser retirada da terra. Durante esse período, o serviço envolve principalmente a capina; a primeira vez, capina-se toda a roça, e a segunda é feita novamente quando a roça já está madura, para poder retirar a mandioca limpa, como se diz.

Conforme descrito por Tedeschi (2013), as mulheres desempenham várias funções na cadeia produtiva da família, sendo responsáveis por diversas atividades que contribuem para a sustentação do lar. Portanto, é evidente que, ao longo desses meses, as mulheres na comunidade não têm acesso à independência financeira, visto que seu tempo é predominantemente dedicado ao trabalho na agricultura e às tarefas domésticas, conforme relatado por algumas mulheres quilombolas do território.

Observamos que as comunidades desta região foram fundadas e dirigidas sob um sistema patriarcal, no qual aqueles que ditam as regras e decidem o que pode ser dito ou feito sempre foram os homens. As relações de poder nessas comunidades são baseadas na organização da estrutura familiar.

Durante a pesquisa, observamos que a construção da base familiar é frequentemente coordenada pelas mulheres, especialmente aquelas que recebem o benefício do Bolsa Família, oferecido pelo governo federal. Esse auxílio permite que muitas delas, principalmente as que têm filhos, possam adquirir alimentos e garantir outras necessidades, como roupas, perfumes e eletrodomésticos para a casa. O recurso é muito aguardado pelas famílias, em especial pelas mulheres que assumem a responsabilidade de gestão familiar, muitas vezes de maneira distinta dos homens.

De acordo com Tedeschi (2013), na casa, a mulher frequentemente assume algumas de suas principais responsabilidades como coordenadora das questões logísticas do lar, garantindo o funcionamento da casa. Assim, em suas casas, as mulheres se apresentam como os motores da engrenagem familiar, realizando tarefas como lavar, passar, arrumar, preparar refeições e outras atividades relacionadas ao cuidado com os filhos, caracterizando assim uma jornada intensa de trabalho.

A partir dessa perspectiva foram realizados uma série de estudos empíricos. Em todos eles, a inserção das mulheres - especialmente das mulheres casadas - no mercado de trabalho é vista como uma variável derivada de sua situação familiar e, em particular, da maior ou menor capacidade do homem de cumprir "adequadamente" o seu papel de "provedor" (Abramo, 2007, p. 30).

Assim como Norma (moradora de Monte Alegre), que desde a juventude se dedicou exclusivamente ao trabalho na roça e às atividades domésticas, outras mulheres atualmente buscam diferentes formas de trabalho que lhes garantam melhores condições financeiras e com recebimento de um salário fixo. Esse movimento tem crescido dentro da comunidade, onde observamos cada vez mais mulheres se envolvendo em atividades

além da roça. Nesse contexto, Cezar e Theis (2020) discutem o papel da mulher na pesca artesanal:

Enquanto os homens pescadores têm seu papel social reconhecido pelo trabalho da captura e matança do pescado, as mulheres são geralmente encaradas como ajudantes, o que gera situações de subordinação financeira, jurídica, política, social, etc., dessas aos homens da comunidade, principalmente, àqueles que pertencem a sua própria família (pai, irmão, marido, filho). É nesse ínterim que buscamos questionar as desigualdades hierárquicas, os constrangimentos estruturais e as formas de não reconhecimento e (in)visibilização do trabalho feminino no âmbito da pesca artesanal (Cezar; Theis, 2020, p.5).

Traçando um paralelo com o trabalho desenvolvido pelas pescadoras e a invisibilização que sofrem na pesca, observamos um fenômeno similar com as mulheres que trabalham na roça e realizam os afazeres domésticos. Muitas vezes, essas atividades não são reconhecidas como trabalho, sendo vistas apenas como obrigações inerentes à mulher. No entanto, há um movimento crescente que se opõe a esse modelo patriarcal, ainda profundamente enraizado em muitos discursos, não apenas de homens, mas também de algumas mulheres.

Embora possamos constatar esse aumento nas taxas de atividade femininas, também se deve assinalar a persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes, na medida em que partimos do ponto de vista segundo o qual as relações sociais de gênero, de raça e de classe são interdependentes e indissociáveis (Hirata, 2018, p.17).

Portanto, embora alguns padrões relacionados ao trabalho das mulheres estejam sendo quebrados, é evidente que esse movimento ainda avança de forma lenta em uma sociedade que continua profundamente enraizada no valores do patriarcado.

A monocultura, caracterizada pelo plantio de uma única espécie, tem sido adotada para o cultivo exclusivo de açaizeiros. No entanto, essa prática traz desafios, como o empobrecimento do solo devido à falta de diversidade vegetal. As gerações passadas, mesmo sem conhecimento científico formal, sabiam da importância de plantar diferentes tipos de árvores frutíferas e não frutíferas para manter o equilíbrio da natureza e sustentar a comunidade.

Considerações finais

As populações rurais e tradicionais quilombolas desenvolveram saberes a partir de um conhecimento prático na relação ser humanos e não humanos (plantas-animais-

seres). Aprendizados passados oralmente, de geração a geração, e que se perpetuam como uma tradição viva, que se renova e é atualizada constantemente.

O avanço do agronegócio sobre os espaços quilombolas tem deixado muitas sequelas também nas famílias dos comunitários, principalmente das lideranças que agem contra toda essa destruição feita por pessoas que defendem um modelo de desenvolvimento utilizado desde o período colonial. Através da plantação baseada na monocultura, os projetos de tais empresas ameaçam a reprodução de conhecimentos ancestrais e os territórios onde vivem as comunidades.

As comunidades tradicionais quilombolas, são vistas como alternativa em face ao sistema opressor e repressor capitalista. Muitas destas comunidades enfrentam dificuldades para garantia de seus direitos, como em casos de necessidade e acompanhamento à saúde, educação, transporte etc.

De um modo geral, as populações tradicionais amazônicas e os povos indígenas, desenvolvem a roça de mandioca e o que ela proporciona é fundamental para a construção da identidade das pessoas amazônidas. É nela que se cultivam alimentos que há décadas fazem parte da alimentação da comunidade. A farinha de mandioca é um dos principais elementos das refeições, assim como o tucupi e a maniçoba, ambos derivados da mandioca, amplamente consumidos nos territórios quilombolas. Ela, portanto, é mais que uma fonte de sustento físico; é também um espaço de preservação da ancestralidade e dos costumes que definem a comunidade. O cultivo da mandioca, a produção da farinha e seus derivados fortalecem os laços sociais e perpetuam a memória coletiva e a continuidade histórica.

Em face a uma crise ambiental global e o enfrentamento de conflitos ambientais (monocultivo de dendê e arroz, bem como a pecuária em larga escala), consideramos que o sistema de agrofloresta utilizado pelas populações tradicionais, aqui destacando-se a ribeirinha e quilombola, é de suma importância para a manutenção da vida e da sociobiodiversidade amazônica. Dessa forma garantir a equidade de gênero e de povos em uma luta coletiva pelo bem estar psíquico, físico, ambiental e social.

Referências

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** uma força de trabalho secundária? 2007. 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária Editora Elefante, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as Novas Etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.a ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BEZERRA, Sueyla Malcher. **Agrobiodiversidade e conhecimentos locais das plantas alimentares no quilombo de Deus Ajude**. Arquipélago do Marajó-Pará, 2020. 162f. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém.

BORRALHO, Anderson do Rosário. **Fotoetnografia da vida e trabalho na comunidade Monte Alegre - Acará/Pará**. 2024. 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 307 Vol. 1 pt. I.

CARVALHO, Silviane Couto de. **Guardiães de saberes quilombolas da Amazônia Brasileira**: Relações entre mulheres, território, memórias e plantas no Médio Itacuruçá. 2025. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

CEZAR, Lilian Sagio; THEIS, Rafaella. Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos, RJ. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178848>. Acesso em: 20 ago. 2024.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONÇALVES, Marco Antonio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Viveiros de Castro Editora Ltda: Ipanema, 2012. p. 19 - 42.

GUEDES, Ana Célia Barbosa. **Mulheres quilombolas e uso de plantas medicinais**: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA. 2018. 203f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552/4195>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MASSAROTTO, N. P. **Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas Kalunga e urbanas, no nordeste do estado de Goiás-GO, Brasil**. 2009. 130f. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade de Brasília, Brasília.

MONTELES, R.; PINHEIRO, C. U. B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 7, n. 2, p. 38-48, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra, 1985. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza, 2007.

O DENDÊ chegou, a fartura acabou. Direção: Priscila Sato e Joyce Cursino. Produtor Léo Brandão. Abaetetuba: Produtora: Negritar Produções e Race & Health, 29 de novembro de 2022. 1 vídeo (8: 29 min.) Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=7DCIJJwrF4U> . Acesso em 29 ago. 2024.

OLIVEIRA, D. R. D. et al. Estudo etnofarmacognóstico da saracuramirá (*Ampelozizyphus amazonicus* Ducke), uma planta medicinal usada por comunidades quilombolas do Município de Oriximiná-PA, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 41, n. 3, p. 383-392, 2011.

OLIVEIRA, F. C. D. et al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 23, n. 2, p. 590-605, 2009.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima. “**Toda planta tem alguém com ela**” – sobre mulheres, plantas e imagens dos quintais de Mangueiras. 2020. 317f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

PEREIRA, L. A. et al. Plantas medicinais de uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental: Aspectos utilitários de espécies das famílias Piperaceae e Solanaceae. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 1385-1388, 2007.

PICANÇO, Miguel de Nazaré Brito. **Na roça, na mesa, na vida**: uma viagem pelas rotas e desvios da mandioca ao fazer-se coisas de comer, no e além do nordeste paraense. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva; PONTE, Vanderlucia da Silva. “A nossa briga mesmo é a terra, prioritária”: saberes tradicionais, saúde e territorialidade entre os Tembé do Guamá (Terra Indígena Alto Rio Guamá – Pará, Brasil). **Boletim Geocrítica-americana**, CLACSO, 30-40, abril de 2020.

SALES, G. P. D. S.; ALBUQUERQUE, H. N. D.; CAVALCANTI, M. L. F. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim – Areia-PB. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. Suplemento Especial, n. 1, p. 31-36, 2009.

SILVA, Sueli de Castro. **Conhecimento etnobotânico de moradores da comunidade quilombola Itaboca, município de Inhangapi, estado do Pará**. 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Antrópicos na Amazônia) – campus Universitário de Castanhal, Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2019.

SOUZA, José Luis Souza de. **Precisamos pisar no chão**: plantas medicinais e ancestrais: usos de práticas de saberes entre os quilombolas de Deus Ajude. 2024, 60 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Meu nome é "Ajuda"**. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1132>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SOBRE OS AUTORAS

Denise Machado Cardoso

Antropóloga e historiadora, doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA-2006). Especialista em Teoria Antropológica (1990). Atua como Professora Titular no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), no Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Educação (PPGSE) e na Faculdade de Ciências Sociais, ambos na UFPA. Coordena o Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI) e o Grupo de Pesquisa sobre Antropologia Visual e da Imagem (VISAGEM).

E-mail: denise@ufpa.br

Orcid: [0000-0002-4992-8286](https://orcid.org/0000-0002-4992-8286)

Silviane Couto de Carvalho

Quilombola, Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (2025). É graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2019). Possui curso técnico de Vigilância em Saúde pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) 2015. Tem experiência como voluntária na área de Psicologia Escolar e Educacional. Atua, desde 2018, na Coordenadoria de Formação da Associação dos Discentes Quilombolas na UFPA (ADQ-UFPA).

E-mail: silvianecarvalho8@gmail.com

Orcid: [0009-0004-4713-1064](https://orcid.org/0009-0004-4713-1064)

Anderson do Rosario Borralho

Quilombola, agricultor e Fotógrafo é Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (2024). Graduado em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pará (UFPA), é pesquisador do Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (VISAGEM). Atuou como coordenador de comunicação social da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (2018/2022). Atua como um dos organizadores do projeto "Quilombo Literário Jacarequara" e do projeto "Copa Literária" na comunidade quilombola Monte Alegre. Compõe a assessoria de comunicação social da Coordenação das associações das comunidades remanescentes de quilombos do Pará (MALUNGU).

E-mail: rosario.anderson2018@gmail.com

Orcid: [0009-0009-2334-7203](https://orcid.org/0009-0009-2334-7203)

José Luis Souza de Souza

Quilombola, Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (2024). Possui Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento pela UFPA (2018). Pós-Graduado em Especialização em Gestão em Sistema Agroextrativistas para territórios de uso comum na Amazônia, pelo Instituto de Estudos em Agriculturas Familiares da Amazônia (INEAF/UFPA) 2020.Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela (UNIFATECIE). Exerce a função de Professor responsável da Escola (EMEIFQ) Deus Ajude.

E-mail: joseluisouza35@gmail.com

Orcid: [0009-0007-8507-8040](https://orcid.org/0009-0007-8507-8040)

Recebido: 12/06/2024

Aprovado: 29/08/2024